

ATA DA I REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2025

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois e vinte e cinco, deu-se início, às 08h41, em segunda chamada, à I Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado, na sede do Conselho Municipal de Educação, situada à rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação, com a participação da presidente do Conselho, Silvia Lira, da vice-presidente, Mariana Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Marcos Paulo, Martin Sirolli, Sheila Motta Pereira, Alex de Almeida, Bárbara Haynes, Cristiane Inoue, Norielem de Jesus Martins, Camila de Oliveira, Milene Lima, Jorge Luiz da Silva Nunes, além da assessora técnica Cristiane Carneiro. A presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e fez a apresentação da pauta do dia. Em seguida, chamou o coordenador do Programa “Angra, cidade inclusiva”, para fazer sua apresentação e diz que a inclusão é uma das grandes metas da Educação. Ricardo Dutra, juntamente com Alexandro Carvalho, estagiário, inicia sua fala parabenizando a equipe do CME pela oportunidade de discutir a inclusão/acessibilidade. Ricardo diz que o programa é uma iniciativa do governo municipal e considera todas as deficiências. Afirma que é um dever do governo pensar sobre as questões que envolvem a inclusão. Ricardo faz um panorama de sua história de vida, relatando como tornou-se deficiente e como tem superado, a cada dia, as limitações impostas pela deficiência física. “Angra, cidade inclusiva” é um programa em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Promoção da Cidadania e tem como objetivos: ser referência em política pública no que tange à inclusão; ser um modelo em turismo acessível; e criar cultura de inclusão e acessibilidade. A conselheira Sheila faz um relato da história de sua mãe que hoje tem mobilidade reduzida, após ter tido COVID-19, e pergunta se tem política pública que a ampare. Ricardo diz que ao longo de sua fala abordará essa questão. Ricardo relata que um dos maiores problemas da atualidade é conscientizar a população. Angra é uma cidade histórica e pensar na acessibilidade é bem complicado. Uma das ações do programa é dialogar com outras Secretarias para compreender quais são as maiores necessidades para pensar ações coletivas que vislumbrem a inclusão. É um programa que articula todas as secretarias e tem a escuta da população como meta. Mariana diz que o Ministério Público (MP) solicita ao CME um olhar sobre a acessibilidade / inclusão das escolas durante as visitas técnicas. Ricardo Dutra passa a palavra para Lucinda, que é representante da Secretaria de Educação, Juventude e Inovação no comitê “Angra, cidade inclusiva”. Lucinda fala da acessibilidade arquitetônica e diz que é preciso oportunizar também a acessibilidade pedagógica. Atualmente, na rede municipal, 40 escolas são acessíveis no quesito da arquitetura, tendo em vista as 92 unidades educacionais que temos. Lucinda diz que todas as escolas da rede municipal desenvolvem um trabalho inclusivo, levando em conta a perspectiva atitudinal e pedagógica. Hoje a rede municipal conta com 470 monitores de Educação Especial. Lucinda diz que a tendência do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que é uma abordagem que visa tornar o currículo escolar mais acessível para todos os estudantes, já é uma realidade em nossa rede. Temos 25 salas de recursos multifuncionais (SRM) na conjectura municipal. Lucinda informa que a decisão sobre qual escola terá a SRM é uma prerrogativa do MEC. Há também ônibus e vans acessíveis para os estudantes da rede municipal. Hoje a rede tem 6 intérpretes de libras atuando nas escolas. O CAP (Centro de Apoio Pedagógico) atende toda a Costa Verde com produção de material para o público deficiente visual e com baixa visão. A rede pública municipal possui a Escola Municipal Bilíngue de Educação de Surdos (EMBES), Escola Municipal para Deficiente Visual (EMDV), Centro Educacional para o Transtorno do Espectro Autista

(CETEA), Unidade de Trabalho Diferenciado - UTD/AHSD. Ricardo Dutra diz que defende a criação de banheiros exclusivos para pessoas com deficiência (PCD) e que este não seja dentro do banheiro feminino nem no masculino. É necessário que tenha entrada única e exclusiva para o PCD e o seu acompanhante. Jorge diz que precisamos trabalhar a conscientização da população com relação à inclusão e que o PCD também precisa explicar a sua condição para a sociedade para que todos a compreendam. Em seguida, o Alexandro, estagiário, apresenta os investimentos feitos no município em relação à acessibilidade. Mariana destaca a necessidade de falar sobre as imagens que estão sendo apresentadas para facilitar o entendimento do conselheiro Jorge, que é deficiente visual. Alexandro, apresenta, nos slides, os Jogos Especiais, Obra da Costeirinha e do Mirante Praia das Gordas, a Caminhada do Autismo, o evento TAMAR, o Orgulho Autista, o CETEA e a UTD. Nesse momento, Ricardo pergunta ao Conselho Pleno se há perguntas e dúvidas. Sheila pontua que o programa é de suma importância e sugere fazer um levantamento das pessoas que adquiriram alguma deficiência pós-pandemia da COVID-19. Ricardo comenta que existe um mapeamento através do censo para identificar esses casos. Sheila comenta que é preciso ter um olhar mais aguçado para as crianças dos Anos Iniciais no sentido de diagnosticar possíveis casos de deficiência. Alex Almeida diz que o Ricardo Dutra já tinha ideias voltadas para a juventude no período de sua vereança e destaca algumas iniciativas já realizadas há anos no município com relação à inclusão e comenta que os intérpretes de LIBRAS (língua brasileira de sinais) são essenciais, mas, na verdade, precisamos de mais pessoas com esse conhecimento. Alex Almeida relata que o ideal seria ter um parlamento com uma diversidade maior de vivências e de necessidades, pois, dessa forma, políticas públicas seriam pensadas de forma mais assertiva. Comenta, também, que em reunião com monitores de educação especial, estes relatam que carecem de espaços adequados nas escolas para atendimento às necessidades cotidianas dos alunos especiais e de salas multifuncionais. Diz que precisamos pensar no sinal que é utilizado nas escolas para sinalizar entrada e saída, que, de certa forma, acaba sendo prejudicial aos alunos autistas. Isso também serve para os alarmes sonoros emitidos pela Defesa Civil. Sheila diz que seria importante formação adequada para trabalhar como monitor de educação especial. Alexandro comenta que seria importante ter um Psicomotricista para acompanhar os estudantes especiais. Cristiane Carneiro relata que o CME foi ao lançamento do Programa “Angra, cidade inclusiva”, no Centro de Estudos Ambientais (CEA), e relata as duas iniciativas de inclusão: o projeto do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) com apoio ao cadeirante para entrar no barco com destino às ilhas de Angra e o aplicativo que orienta o deficiente visual em sua mobilidade, inclusive auxiliando a pegar o ônibus. Dando prosseguimento a pauta do dia, passamos para a apresentação do Plano de Ação para o 1º semestre de 2025 pela assessora técnica Cristiane, que destaca as ações que serão implementadas nesse semestre e diz que a programação pode sofrer alterações, de acordo com o caminhar dos trabalhos. Alex Almeida sugere entrar como ação a reunião da Comissão de Gestão Democrática já instituída e uma reunião do CME com o executivo e o legislativo sobre o assunto. O Conselho Pleno aprova essa inserção. Cristiane Inoue diz que é preciso fazer uma alteração na ordem da pauta, pois temas importantes ficam para o final. Mariana comenta que o CME também tem caráter formativo. Cristiane Inoue fala que a pauta do Programa “Angra, cidade inclusiva” foi extensa, sendo concluída às 10h. Mariana afirma que a reunião iniciou às 08h40 por falta de quórum, mas que a Presidência já estava no CME desde às 7h. Afirma que é importante que os conselheiros sejam pontuais para que a reunião inicie mais cedo. Além disso, houve a participação dos conselheiros, que contribuíram com o tema, e isso leva tempo. Cristiane Inoue argumenta que a meta 17 do Plano Municipal de Educação (PME) sempre fica para o final da pauta e nada de concreto é feito. Alex Almeida informa à conselheira Cristiane Inoue que esta deve solicitar prioridade para os assuntos que julgar necessários. Mariana diz que a meta 17 sempre aparece em

todas as pautas deste conselho. Norielem comenta que as pautas tratadas são importantes e enriquecedoras. Sílvia reforça a necessidade de termos maturidade para avançar nas questões e que precisamos ver o que é importante do ponto de vista do coletivo e coloca para o pleno a questão de inverter a ordem dos temas da pauta. O conselho pleno decide manter a ordem que está prevista. Mariana fala sobre a Lei 15.100/25, sobre o Decreto 13.955/25 e o papel do CME nesse contexto, que é o de criar uma Recomendação sobre o uso do celular nas escolas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Angra dos Reis. Mariana então procede com a leitura do ato normativo sobre o uso do celular nas escolas. Após a leitura, o conselho pleno aprova o documento por unanimidade. Mariana informa que o ato normativo será publicado em Boletim Oficial. Passamos para a recomposição do CME. Foi relatado pela vice-presidente que há necessidade de novos conselheiros para substituir aqueles que não estão mais nos cargos ou que apresentaram baixa frequência nas reuniões. Norielem relata que acredita que a participação da representação indígena e quilombola acontecia com mais frequência quando era disponibilizado o transporte e ressalta que deve haver uma logística para que os representantes dessas escolas participem. Sílvia diz que o CME vai tentar diálogo com essas categorias para viabilizar a participação. Jorge comenta que, além da questão do transporte, tem a questão da disponibilidade e sugere ver se tem como eles participarem de forma online. Sílvia diz que também verificará essa possibilidade. Com relação à recomposição, na representação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação, Alex reforça que o SEPE é um sindicato dos profissionais da educação e não somente de docentes. Sílvia diz que o CME está aguardando o ofício do SEPE para indicação de conselheiros. Outro ponto da pauta se refere à questão do imóvel da EMDV, no qual o conselheiro Jorge Nunes faz um relato da falta de acessibilidade da casa onde funciona a EMDV e diz que em 2022 o Conselho da Pessoa com Deficiência recebeu uma denúncia e realizou a visita *in locus* culminando com a produção de um relatório. Jorge diz que foram feitas reuniões com a SEJIN e que foram indicadas algumas casas apropriadas para o funcionamento da EMDV, mas que até o momento não obtiveram respostas quanto ao imóvel sugerido. O Conselho da Pessoa com Deficiência encaminhou um ofício para o Ministério Público solicitando uma intervenção nesse caso. Jorge relata também o incidente que ocorreu com um funcionário deficiente visual na EMDV, situação essa já mencionada em reuniões anteriores deste CME. A presidente Silvia Lira diz que conversou com o Secretário de Educação e que este disse que fará contato com o referido conselheiro. Jorge propõe uma ação mais direta para este caso, sugerindo que o CME faça uma solicitação de reunião à SEJIN através de ofício, via SEI (Sistema Eletrônico de Informação), estipulando um prazo até fim de março do corrente ano. O Conselho Pleno aprovou esta ação por unanimidade. Passamos para a fala da Norielem sobre o Fórum Municipal de Educação. Ela solicita que os membros do fórum levantem as mãos para que todos conheçam os conselheiros. Norielem relata que o objetivo maior, nesse momento, é refazer o regimento do Fórum e solicita que o CME e o Fórum criem uma agenda de encontros com foco na recriação da lei. Cristiane Inoue diz que a última reunião do Fórum foi ano passado e que foi deliberado o encaminhamento de ofício sobre a implementação da meta 17 ao prefeito e ao Secretário de Educação e que isso não foi feito. Ela reitera que o PME foi prorrogado até o fim de 2025. Cristiane solicita que o CME e o Fórum façam este ofício e encaminhem a quem é de interesse. Norielem diz que o Fórum precisa ser recomposto e não pode emitir documentos nesse momento, pois não tem legitimidade, presidente ou coordenação. Alex reforça a questão dizendo que precisamos pensar na lei de recriação do Fórum e que o CME pode fazer uma proposição de lei. Mariana diz que tem uma previsão de reunião do Fórum para acontecer dia 26/02, às 9h, e que estas questões serão trazidas. O Conselho Pleno vota favorável à reescritura da lei do Fórum pela Câmara de Legislação e Normas deste CME e o posterior encaminhamento para a Câmara Legislativa. Sílvia relata que precisamos dialogar com respeito e consideração pelo outro e que não podemos ter

uma postura impositiva e de autoridade. Mariana comenta que as pautas do conselho pleno serão aprovadas com antecedência no grupo de whatsapp e diz que, como conselheira, não concorda que a meta 17 deva ter um peso maior e de superioridade em relação às outras metas. Logo, sugere a votação de prioridade de pauta pelo grupo de Whatsapp. Camila comenta que acha válido que os temas que surgirem como sugestão de pauta para as reuniões do Conselho Pleno sejam antecipadamente votados no grupo de whatsapp. O Conselho Pleno vota favorável à enquete de prioridade de pauta no grupo. A conselheira Bárbara resgata que participou do Seminário do Projeto “Escola Legal”, no qual abordou a Lei Lucas e o cuidado com os alimentos nas escolas e o impacto disso nas instituições. Bárbara diz, ainda, que o contrato do “Programa Saúde do Olhar” não prevê os estudantes da EJA (Educação de Jovens e Adultos), mas que vem dialogando com sua Secretária Executiva para viabilizar essa ação para este público. Bárbara pede apoio ao CME, se possível, para intensificar a parceria com a rede estadual com o intuito de facilitar a busca de dados para a execução de políticas públicas, principalmente com os programas PSE (Programa Saúde na Escola) e Saúde no Olhar. Sílvia diz que vai entrar em contato com o presidente do CEE (Conselho Estadual de Educação) para viabilizar essa parceria e informará a Bárbara. Em seguida, passamos a fala para a conselheira Cristiane Inoue, que inicia dizendo que, mais uma vez, está falando sobre a meta 17 e desabafa, comentando sobre sua fragilidade com tudo que vem acontecendo. A meta 17 é uma bandeira de luta em busca de direitos. A conselheira relata que o GT da meta 17 só se reuniu uma vez até o momento. Diz que a implementação da meta 17 é muito importante para os docentes 1 da rede e que vai beneficiar a maior categoria da Educação e questiona dizendo que a sua fala sobre a meta 17 sempre fica para o fim da reunião. Cristiane Inoue fala que a meta 17 precisa ser implementada com urgência e solicita que o CME faça um ofício sobre a implementação da referida meta, cumprindo assim seu papel fiscalizador, tendo em vista que o PME que se encerra em 2025. Solicita que o ofício seja encaminhado para o Secretário de Educação, para o Prefeito e para o Ministério Público. Jorge sugere que seja feita uma audiência pública também. Mariana ressalta que todo o CME é a favor da meta 17 e Cristiane Inoue complementa falando que a atuação do CME é muito importante nesse processo. Alex enfatiza que a meta 17.8 do PME, que preconiza a inclusão do cargo de berçarista ao grupo dos profissionais do magistério, com isonomia salarial e carga horária, também precisa ser levada em consideração. Sílvia reforça dizendo que o nosso compromisso é com todas as metas. Camila Oliveira sugere que o ofício seja encaminhado para o GT da meta 17. Cristiane sugere, então, que o ofício seja endereçado ao Prefeito, ao Ministério Público e ao GT da meta 17. Alex fala que, por questões de encaminhamento, seria viável encaminhar inicialmente para o GT e, conforme for, encaminhar para outras instâncias. Cristiane Inoue reforça que precisamos de celeridade na questão da meta 17 e mantém sua proposta de encaminhar o ofício para o GT, para o Prefeito e para o Ministério Público. Mariana diz que temos uma proposta única da conselheira Cristiane Inoue para votar. O Conselho Pleno aprova, então, a proposta da conselheira. O conselheiro Alex pede para incluir na pauta da próxima reunião do Conselho Pleno, a Resolução Municipal sobre Avaliação e também a Resolução Municipal sobre a Redução da Carga Horária das escolas, ainda não climatizadas, por conta do calor excessivo. Alex fala um pouco sobre a lei 3930/2020, que versa sobre Gestão Democrática e diz que alguns artigos da Lei alterada, Nº4450/2024, como o artigo 10A, fere o princípio da Gestão Democrática. Alex solicita que o CME encaminhe um documento à Câmara Legislativa pedindo a revogação da referida lei. Norielem diz que pensar uma lei, tendo em vista a diversidade existente em nosso município, é desafiador. Alex afirma que toda lei precisa ser clara para não haver problemas na interpretação. Em seguida, o conselheiro retira a solicitação de revogação da lei, feita anteriormente, e propõe uma reunião entre a Comissão de Educação da Câmara Municipal de Angra dos Reis, solicitando a inclusão dessa pauta em sua próxima reunião, juntamente com o CME e o

governo para dialogar a respeito da Lei 4450/24. O Conselho Pleno aprova a proposta do conselheiro Alex, com 11 votos favoráveis e 2 abstenções. Dessa forma, o CME produzirá o ofício e o encaminhará aos destinatários aqui mencionados. Cristiane Carneiro fala sobre as visitas técnicas realizadas no mês de fevereiro, como o Colégio Batista Freedom, para autorização de funcionamento, e Colégio Monteiro Lobato, para averiguação de denúncia. Após as considerações finais, a presidente do CME, Silvia Almeida Lira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Cristiane Carneiro, li e encerro esta ata. Ata lida e aprovada na I Reunião Extraordinária do Conselho Pleno de vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco.